

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

CORREÇÃO MONETÁRIA NOS PAÍSES DO MERCOSUL

Uma comparação entre a contabilidade uruguaia e a brasileira

NEDIANI SIMÓN FERREIRA RAMOS

Florianópolis, novembro de 1996

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

CORREÇÃO MONETÁRIA NOS PAÍSES DO MERCOSUL

Uma comparação entre a contabilidade uruguaia e a brasileira

NEDIANI SIMÓN FERREIRA RAMOS

Monografia apresentada ao
Curso de Graduação em
Ciências Contábeis.

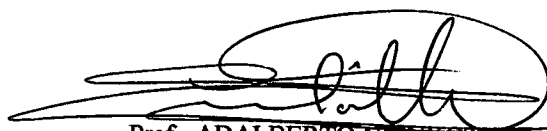
Florianópolis, novembro de 1996

"CORREÇÃO MONETÁRIA NOS PAÍSES DO MERCOSUL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A CONTABILIDADE URUGUAIA E A BRASILEIRA"

autor: Acadêmico(a). NEDIANI SIMON FERREIRA RAMOS

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de 9.5 atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo nominada .

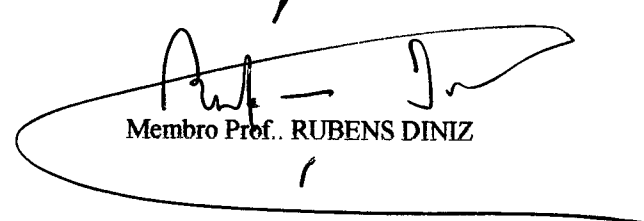
Florianópolis, 28 de dezembro de 1996


Prof. ADALBERTO NIENKOTTER
Coordenador de Monografia do CCN

Professores que compuseram a banca:


Presidente Prof. FLAVIO DA CRUZ


Membro Prof JOAQUIM JOSÉ DE SANTANNA


Membro Prof.. RUBENS DINIZ

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado força e persistência nos momentos mais difíceis.

Ao meu esposo, ao meu filho, a meus pais, a minha prima e a minha sogra pela compreensão e carinho.

Ao Professor Flávio da Cruz pela orientação do trabalho.

À Professora Maria Margarida Broering Ramlow pela sua valiosa revisão ortográfica.

Aos contadores uruguaio Wolfgang e Rudi Becker pela inestimável contribuição.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para meu crescimento, desenvolvimento e aprimoramento nestes quatro anos.

Meu muito obrigado!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I	
1.1 Considerações iniciais	6
1.2 Formulação do problema	7
1.3 Objetivos	7
1.3.1 Objetivo geral	7
1.3.2 Objetivos específicos	7
1.4 Metodologia da pesquisa.....	8
1.4.1 Metodologia aplicada.....	8
1.4.2 Limitações à pesquisa	9
CAPÍTULO II	
2.1 O Mercado Comum do Sul - MERCOSUL	10
2.2 Inflação	14
2.2.1 A inflação frente aos princípios Contábeis	15
2.2.2 Efeitos da inflação nas Demonstrações Financeiras	17
CAPÍTULO III	
3.1 Importância da correção monetária no MERCOSUL	19
3.2 Evolução legislativa da correção monetária no Brasil	20
3.3 Evolução legislativa da correção monetária no Uruguai	29
CAPÍTULO IV	
4.1 Métodos de correção monetária usados no Brasil e no Uruguai	32
4.2 Efeitos do resultado de correção monetária no Imposto Renda	36
CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	40
ANEXOS	42

INTRODUÇÃO

Considerando-se que a América Latina viveu nos últimos anos o fato político e econômico mais importante de sua história com a formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); resolveu-se apresentar e comparar os critérios de CORREÇÃO MONETÁRIA usados no novo mercado. Optou-se entretanto, pela comparação entre a Contabilidade uruguaia e a brasileira.

Para tanto, iniciou-se a abordagem do assunto com uma breve evolução histórica do MERCOSUL. Após o conceito de inflação juntamente com seus efeitos nas demonstrações contábeis, foi apresentado um panorama acerca da evolução da CORREÇÃO MONETÁRIA no Brasil e no Uruguai. Por último a importância da CORREÇÃO MONETÁRIA diante do MERCOSUL; e finalmente apresentação e comparação dos critérios de CORREÇÃO MONETÁRIA usados no Brasil e no Uruguai.

CAPÍTULO I

1.1 Considerações iniciais

CORREÇÃO MONETÁRIA é uma técnica contábil que pretende minimizar os efeitos da inflação nas demonstração financeiras.

Não se deve confundir **CORREÇÃO MONETÁRIA** com reavaliação, uma vez que este último conceito se baseia na valorização ou desvalorização intrínseca de elementos do patrimônio tendo em vista a sua avaliação a preços correntes de mercado, estar fundamentada em laudos formulados por peritos ou empresas especializadas.

Em economias com elevado grau de inflação, onde a moeda nacional sofre variações significativas em seu poder aquisitivo, o registro de operações pelo valor histórico perde sua representatividade.

Atualmente, os contadores dominam técnicas de **CORREÇÃO MONETÁRIA** bastante desenvolvidas e altamente recomendáveis para as empresas.

1.2 Formulação do problema

Os convênios assinados pelas autoridades dos países integrantes do MERCOSUL prevêem a integração de forma gradativa. Para a concretização dessa integração se faz necessário o conhecimento dos diferentes graus de desenvolvimento econômico e social, já que eles provocam importantes diferenças nas legislações dos países.

Cabe investigar e analisar os critérios de CORREÇÃO MONETÁRIA usados nos Países signatários para que possam ser compreendidos por todos os integrantes do MERCOSUL, procurou-se ficar restritos unicamente ao Brasil e Uruguai na expectativa de que outros trabalhos monográficos continuem a pesquisa incluindo a Argentina e o Paraguai.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Comparar os critérios contábeis de CORREÇÃO MONETÁRIA usados no Brasil e no Uruguai.

1.3.2 Objetivos específicos

- Levantar a necessidade de CORREÇÃO MONETÁRIA na tomada de decisões;
- identificar a importância da CORREÇÃO MONETÁRIA no MERCOSUL;
- conhecer os critérios de CORREÇÃO MONETÁRIA usados no Brasil e no Uruguai;
- comparar os critérios de CORREÇÃO MONETÁRIA usados no Brasil e no Uruguai.

1.4 Metodologia da pesquisa

1.4.1 Metodologia aplicada

A pesquisa realizada caracterizou-se, com base em seus objetivos, como pesquisa exploratória. Ela fundamentou-se na coleta e organização da bibliografia compreendida em livros, revistas, periódicos e outras fontes de informação, pertinentes ao assunto do estudo.

De acordo com SANTOS (1975, P. 101)

“O sentido do termo monografia, hoje está um pouco modificado. A idéia central é a de que monografia seria relatório que objetivava esgotar a problemática de que trata. Entretanto, sabe-se que a pretensão de esgotar é impossível de ser alcançada. Daí a monografia se identificar mais com os relatos resultantes da investigação científica e que objetivam uma abordagem ampla e extensa da problemática de que tratam.”

1.4.2 Limitações à pesquisa

O desenvolvimento da pesquisa está limitada ao cronograma estipulado e aos objetivos propostos.

O acesso à legislação de países estrangeiros foi um fator relativamente restritivo.

CAPÍTULO II

2.1 O Mercado Comum Do Sul - MERCOSUL

O MERCOSUL é um projeto de integração econômica que foi instituído pelo Tratado de Assunção, assinado no dia 26 de março de 1991 pela República Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai, denominados “Estados partes”.

O processo de integração entre os países membros do MERCOSUL vem se dando de forma gradativa, começou na década de setenta quando o Brasil aprofundou seu relacionamento comercial com o Uruguai através do Protocolo de Expansão Comercial (PEC). Na mesma época, a Argentina assinou com o Uruguai o Convênio Argentino Uruguaio de Cooperação Econômica (CAUCE).

Com a finalidade de facilitar a integração entre o Brasil e a Argentina, em 1985, com a Declaração de Foz de Iguaçu, foi criada uma “Comissão Mista de Alto Nível”.

Entre os anos de 1984 e 1989 a Argentina e o Brasil assinaram 24 protocolos regulamentando diversos assuntos como: bens de capital, trigo, produtos alimentícios industrializados, indústria automotriz, cooperação nuclear, etc.

Em dezembro de 1990, todos os acordos pré-existentes foram absorvidos em um único documento denominado “Acordo de Complementação Econômica”, assinado pelos Presidentes Fernando Collor e Carlos Menem e registrado na ALADI (Associação Latino Americana de Integração).

Em agosto de 1990, representantes do Paraguai e do Uruguai haviam manifestado o desejo de juntar-se ao processo em curso. Este fato resultou na assinatura, em 26 de março de 1991, do Tratado de Assunção.

O Tratado de Assunção para a Constituição do MERCOSUL, foi complementado por Protocolos adicionais, dentro os quais se destacam o Protocolo de Brasília para a Solução de Controvérsias no MERCOSUL de 17/12/91 e o Protocolo de Ouro Preto sobre Aspectos Institucionais, de 17/12/94.

O Protocolo de Ouro Preto, assinado pelos Presidentes: Itamar Franco do Brasil, Menem da Argentina, Wasmosy do Paraguai e Lacalle do Uruguai, teve por finalidade estabelecer a nova estrutura institucional do MERCOSUL, destinada a vigorar durante o período de consolidação da União Aduaneira.

A União Aduaneira, implantada a 1º de janeiro de 1995, é um mecanismo adotado com a finalidade de dar condições ao livre comércio entre os países membros e de criar uma tarifa externa comum frente ao comércio extra-regional.

O principal objetivo do MERCOSUL é aumentar o grau de eficiência e competitividade das economias envolvidas, ampliando seus mercados e acelerando o seu desenvolvimento econômico mediante o aproveitamento eficaz dos recursos disponíveis, da prevenção do meio ambiente, do melhoramento das comunicações, da coordenação de políticas macroeconômicas e da complementação dos diferentes setores de suas economias com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio.

Nas últimas décadas se desenvolveram vários blocos econômicos em todo o mundo, como exemplo tem-se a APEC (Cooperação Econômica Ásia - Pacífico), o NAFTA (Acordo Norte-Americano de Livre Comércio), o MERCOSUL e a UNIÃO EUROPÉIA.

O termo “bloco econômico” numa época em que se fala tanto em globalização da economia pode sugerir um retrocesso no processo de globalização tendendo para uma economia internacional fracionada em blocos regionais.

A regionalização faz com que os países que constituem esses blocos concentrem seus investimentos e o comércio no interior deles mesmos, podendo promover o livre comércio em áreas especiais, considerando as características peculiares de cada região.

Segundo Schutte (1993, p. 78)

“os acordos de livre comércio podem ter duas conseqüências sobre os fluxos de comércio: criação de comércio internacional, no sentido de que a produção nacional vem sendo substituída por importações do parceiro no bloco regional a um custo mais baixo, o que, no exemplo do Nafta, seria a substituição de postos de trabalho nos EUA em favor do México. Outra conseqüência é que se vem privilegiando as importações do parceiro regional em detrimento das importações de outros países. Este desvio de comércio seria baseado não na lógica de maior competitividade, mas em um tratamento privilegiado”.

Em entrevista à Folha de São Paulo do dia 01.09.96, o Presidente sul-coreano Kim Young-Sam disse que “o problema é que o regionalismo pode desenvolver-se em uma direção que enfatize a diferenciação com os países de fora da região e de outros blocos econômicos, produzindo confrontos entre as regiões”.

O governo sul-coreano, como parte de sua política exterior, planeja fazer com que a questão do regionalismo seja debatida na conferência da OMC (Organização Mundial do Comércio), prevista para dezembro de 1996 em Cingapura.

Em 1994, na reunião de Cúpula das Américas, realizada em Miami, os presidentes americanos resolveram criar a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas); que começará a vigorar em 2005, com a redução das tarifas e barreiras alfandegárias.

Com a criação da ALCA, estará surgindo um dos maiores mercados do mundo. De acordo com projeções do Banco Mundial para 1996, os países que comporão a Área de Livre Comércio somam um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 8,8 bilhões, envolvendo uma população de 814 milhões de habitantes.

Apesar de apoiar a formação do novo mercado, a posição dos países que integram o MERCOSUL é a de priorizar o fortalecimento dos blocos regionais; eles apostam na ampliação do MERCOSUL, uma prova disso é o acordo firmado no dia 28 de agosto de 1996, em Montevidéu, entre o México e o MERCOSUL.

De acordo com o Tratado de Assunção, o órgão superior do MERCOSUL é o Conselho de Mercado Comum, composto por Chanceleres e Ministros da Economia dos países membros.

O órgão executivo é o Grupo Mercado Comum, composto por quatro membros titulares e quatro substitutos; no caso brasileiro, os representantes são o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Indústria e Comércio e o Banco Central do Brasil. Este grupo, por sua vez, é desdobrado em dez “subgrupos” que se encarregam de elaborar e desenvolver os temas especiais estabelecidos nos cinco anexos do tratado. Reproduzimos, a seguir, as tarefas de cada subgrupo:

- subgrupo 1 - assuntos comerciais;
- subgrupo 2 - assuntos aduaneiros;
- subgrupo 3 - normas técnicas;
- subgrupo 4 - políticas fiscal e monetária relacionadas ao comércio;

- subgrupo 5 - transporte terrestre;
- subgrupo 6 - transporte marítimo;
- subgrupo 7 - política industrial e tecnológica;
- subgrupo 8 - política agrícola;
- subgrupo 9 - política energética;
- subgrupo 10 - coordenação de políticas macroeconômicas;
- subgrupo 11 - Relações Trabalhistas, Empregos e Seguridade Social.

Entre 1991 e 1996 o comércio intra-regional cresceu quase cinco vezes, tendo a adesão do Chile e o compromisso da Bolívia. Outros países também manifestaram interesse de participar do acordo, entre eles o Peru, a Venezuela, o México, a Colômbia e o Equador.

O tema é muito dinâmico porque o processo de integração continua.

2.2 Inflação

A inflação é um desequilíbrio do sistema monetário ocasionado pela redução no poder aquisitivo da moeda e simultânea alta geral de preços.

De acordo com YEDA CRUSIUS (1992, P. 12) “A inflação é um processo de alta generalizada e contínua do índice geral de preços, traduzindo-se na redução gradativa do poder de compra interno da moeda”.

É importante destacar que existem produtos que em determinadas épocas do ano sofrem elevações esporádicas de preços, devido a variações climáticas ou entre-safras, o que não caracteriza a inflação.

A inflação normalmente pode resultar de fatores estruturais (inflação de custos),

monetários (inflação de demanda) ou de uma combinação de fatores.

A Escola Monetarista atribui papel decisivo às expectativas inflacionárias como impulsionadoras das elevações da taxa de juros, das maiores demandas salariais, dos reajustes sistemáticos da taxa cambial, e, por extensão, como fator explicativo da autonomia relativa do processo inflacionário. Tudo surgiria espontaneamente em função do comportamento racional dos agentes dentro de mercados competitivos.

Por outro lado, a Escola Estruturalista explica a inflação pelo fato de as demandas salariais deixarem de ser uma questão exclusivamente econômica; elas adquiriram caráter sócio-político, envolvendo sindicatos, empresas e o governo, o que contribui para generalizar a prática da fixação dos preços em função dos aumentos de custos, em detrimento do rigor impessoal dos mercados competitivos.

Em economias inflacionárias se modifica a distribuição de renda da sociedade. Quem recebe renda fixa como salários, aluguéis, pensões perde com a inflação porque com a mesma renda a pessoa compra um conjunto cada vez menor de bens.

Na ausência de um mecanismo de correção monetária, a inflação tende a favorecer os devedores e especuladores, prejudicando os credores, as classes de renda fixa, os pensionistas e os investidores conservadores.

2.2.1 A Inflação Frente aos Princípios Contábeis

O objetivo principal da Contabilidade é fornecer a seus usuários informações contábeis que reproduzam com a maior fidelidade possível a realidade da empresa.

Para atingir seu objetivo a Contabilidade se baseia num conjunto de normas e procedimentos denominados “Princípios Contábeis Geralmente Aceitos”. Estes princípios se

fundamentam em premissas conservadoras, e a maior parte deles são originários de épocas remotas em que não existia o problema da inflação.

Entre tais princípios destaca-se dois que se relacionam com CORREÇÃO MONETÁRIA.

I - Princípio do denominador comum monetário:

Este princípio tem por finalidade apresentar os elementos patrimoniais composto por bens, direitos, obrigações e resultados em unidades monetárias. Ele é fundamental, pois permite agrupar, de forma homogênea e comparável, elementos e operações das mais variadas naturezas e formas.

Entretanto, a Contabilidade fica restrita ao registro de transações e fatos mensuráveis em unidades monetárias.

Por outro lado, com a perda do poder aquisitivo da moeda em economias com altas taxas inflacionárias, fazem-se necessários certos ajustes para que todos os componentes das demonstrações contábeis apresentadas em uma determinada data estejam de acordo com o poder aquisitivo da moeda naquele momento.

II - Princípio do custo histórico como base de valor:

Este princípio determina que as transações, particularmente as que envolvem a aquisição de ativos como estoque e bens imobilizados, sejam registradas na Contabilidade pelo valor de custo, ou seja, pelo preço originalmente pago na sua compra.

Numa economia inflacionária, se não se considera a variação do poder aquisitivo da moeda, a Contabilidade passa a registrar e acumular valores distintos, é como se num ano se registrassem as operações numa moeda, e em outro ano em outra moeda.

A Contabilidade acaba apresentando ao usuário informações distorcidas.

2.2.2 Efeito da Inflação nas Demonstrações Financeiras

Os principais efeitos da inflação nas demonstrações financeiras são os seguintes:

- os ativos monetários possuem um valor nominal base, como exemplo, temos o caixa, bancos, contas a receber e adiantamentos; estes ativos, durante o tempo em que forem mantidos, representam uma perda efetiva para a empresa em função da gradativa diminuição do poder aquisitivo da moeda;
- o custo das mercadorias vendidas está contabilizado a um valor inferior que o seu custo de reposição, porque desde a data da compra até a data da venda os preços aumentam;
- como o custo das mercadorias vendidas é contabilizado pelo custo histórico e este é tomado como base para o cálculo do preço de venda o lucro apurado é ilusório, já que o novo custo para repor os estoques é maior;
- os estoques, avaliados pelo custo histórico, não representam seu real valor na data do balanço;
- os ativos não monetários que são representados por bens ou direitos não destinados à conversão em dinheiro, mas à geração da atividade da empresa, não causam perdas inflacionárias pela sua manutenção, mas sim um reflexo na apuração de resultados pelo seu uso ou baixa; como exemplo, tem-se as depreciações dos bens do imobilizado que são computadas e lançadas em despesa, nos diversos períodos seguintes de sua vida útil, sobre os valores originais representando uma despesa muito menor que a real;
- os passivos monetários que representam as exigibilidades da empresa para com terceiros oriundas do fornecimento de bens, serviços e de empréstimos e

financiamentos, frente a inflação, têm um efeito inverso ao dos ativos monetários; a empresa terá ganhos pelos valores dos passivos para com terceiros uma vez que está sendo financiada por ativo monetários de terceiros que serão saldados com importâncias de menor poder aquisitivo;

- o Patrimônio Líquido representa o capital investido na empresa, as reservas formadas e o lucro apurado; é a diferença entre ativos e passivos; como consequência, os efeitos da inflação, no Patrimônio Líquido, são representados pelo efeito líquido nos ativos e passivos.

Em decorrência do exposto anteriormente, observa-se que no Balanço Patrimonial o Patrimônio Líquido fica subavaliado por idêntica parcela da subavaliação dos ativos não monetários.

A empresa que deixa de reconhecer a inflação passa a pagar IR sobre lucros fictícios, ou seja, sobre os lucros que demonstra a Contabilidade, mas que, na verdade, não existem ou são menores.

Os dividendos também serão calculados sobre o lucro fictício o que poderá causar uma descapitalização da empresa.

Finalmente, pode-se concluir que as demonstrações financeiras baseadas em critérios tradicionais, sem correção monetária, perdem toda a sua utilidade e relevância para fins de análise, não só quanto à posição patrimonial e financeira, como também quanto ao resultado incorreto que apura.

CAPÍTULO III

3.1 Importância da correção monetária no MERCOSUL

A nível de América Latina desde 1970 durante a IX Conferência Interamericana de Contabilidade, realizada na Colômbia, se tem procurado considerar os efeitos da inflação nas demonstrações contábeis.

Todos os dados, valores e informações fornecidos pela Contabilidade assumem seu real significado e importância na medida em que possam ser comparados com outros valores similares ou equivalentes. Tais comparações podem ser feitas com base em dados de outras empresas ou ainda, com base em dados anteriores da própria empresa.

Principalmente os países do Cone Sul, devido a sua convivência prolongada com a inflação compreendem melhor seus efeitos; e, conseguem aceitar mudanças mais profundas nas práticas de CORREÇÃO MONETÁRIA que outros países onde a inflação é mais reduzida.

É importante destacar que o Tratado de Assunção estabeleceu fundamentalmente um compromisso entre os quatro países signatários, para a formação de

uma zona de livre comércio, o que implicará na livre circulação de bens, serviços e demais fatores produtivos entre os países.

Segundo SIMONSEN (1992, p. 66):

“O Programa de Marketing de Integração deverá ter como ponto de partida a elaboração de um diagnóstico, de preferência independente, da situação da empresa. Sua finalidade é fornecer aos executivos e acionistas subsídios necessários para melhor definir o posicionamento e as ações estratégicas da empresa nessa nova realidade de mercado. O Programa de Marketing de Integração deverá ser realizado no sistema de melhores esforços, conforme o tempo e os recursos disponíveis, utilizando uma abordagem sistemática.”

Para a construção de uma base de informações como ferramenta de apoio para os processos subseqüentes de tomadas de decisões, é fundamental o conhecimento do ambiente de negócios onde a empresa desenvolve suas operações, da fidedignidade de suas demonstrações financeiras, bem como, a unidade monetária usada e os critérios de avaliação de ativos e passivos entre outros.

A iniciativa de integração está intimamente relacionada à evolução das respectivas economias internas dos países membros, tornando-se recomendável que as empresas efetuem um acompanhamento das principais variáveis econômicas nos outros países do MERCOSUL.

3.2 Evolução legislativa da correção monetária no Brasil

O Brasil foi um dos precursores dos ajustes dos balanços, como consequência da inflação. Desde 1944, a legislação brasileira vem criando normas, leis e decretos que

reconhecem esse efeito. A princípio o ajuste era facultativo, com a denominação de “reavaliação do ativo”, que era tributada pelo imposto de renda, embora a taxas reduzidas.

Em 1958, a Lei 3470 instituiu o primeiro sistema permanente de atualização dos valores do ativo imobilizado e estabeleceu sua distinção com relação à reavaliação voluntária, que era efetuada arbitrariamente. A partir de então, o que se chamava de reavaliação passou a ser denominada “CORREÇÃO MONETÁRIA”. Essa atualização, inicialmente, era admitida a cada dois anos, com base em coeficientes oficiais calculados de forma a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda. Entretanto, o seu resultado era tributado pelo Imposto de Renda.

Desde 1964, com o advento da Lei nº 4357, esse ajuste passou a ser compulsório e atingia apenas as contas do então chamado “ativo fixo ou imobilizado”, sem repercussão no resultado do exercício. O resultado da CORREÇÃO MONETÁRIA do ativo imobilizado estava sujeito à incidência de um imposto, a uma alíquota de 5%, mas permitiu-se, a partir de então, deduzir os encargos de depreciação da CORREÇÃO MONETÁRIA.

Em 1965, as Leis nº 4663 e 4862 passaram a reconhecer o efeito da inflação sobre o capital de giro. Inicialmente representou apenas um estímulo de natureza fiscal concedido somente às empresas que mantivessem determinado índice mínimo de preços conjugado com o aumento da produtividade.

O Decreto-lei nº 62 de 1966 estabeleceu as normas para a CORREÇÃO MONETÁRIA dos balanços, porém o referido Decreto-lei não era auto-aplicável, dependia de regulamentação que nunca foi expedida.

A partir de 1º de janeiro de 1967, o imposto de 5% sobre o resultado da CORREÇÃO MONETÁRIA do ativo imobilizado, foi abolido. O efeito da CORREÇÃO

MONETÁRIA nos resultados refletia-se na correção dos custos, obtidos por intermédio da depreciação da CORREÇÃO MONETÁRIA, reconhecida inclusive para fins do Imposto de Renda.

Como substitutivo ao reajustamento do balanço, o Decreto-lei nº 401, de 1968, permitiu que as empresas deduzissem do lucro tributável o montante de manutenção do capital de giro; nessa ocasião, a lei já não condicionava essa dedução a um determinado comportamento dos preços, nem a índices de produtividade.

De acordo com Decreto-lei nº 433, de 1969 o montante de manutenção do capital de giro não poderia representar redução superior a 20% do lucro tributável. Esta limitação foi suprimida somente em 1973, pelo Decreto-lei nº 1302.

Com o Decreto-lei nº 1302, o ativo e a depreciação passaram a ser corrigidos aos mesmos coeficientes, embora pela forma de preenchimento de mapas e formulários esse procedimento não fosse evidenciado à primeira vista. Além disso, o Decreto-lei nº 1302 permitiu que se acelerasse a depreciação da CORREÇÃO MONETÁRIA para compensar o atraso com que a correção do ativo imobilizado era feita. Pela legislação vigente, o ativo imobilizado era corrigido nos quatro meses que se seguiam ao balanço, e os coeficientes calculados de modo que traduzissem a variação do poder aquisitivo da moeda entre o mês de dezembro do último ano e a média anual de cada um dos anos anteriores.

Em 1974, o Decreto-lei nº 1338 reformulou inteiramente o tratamento fiscal dos efeitos da inflação nos resultados das empresas. As principais modificações foram:

- a inclusão do ativo pendente no valor do capital de giro;
- a contrapartida das obrigações em moeda estrangeira ou sujeitas à CORREÇÃO MONETÁRIA passou a ser conta de despesa do exercício; em compensação, o valor dessas obrigações passou a representar redução do

capital de giro, ainda que os respectivos financiamentos houvessem sido contraídos para financiar o ativo imobilizado; anteriormente, a variação cambial dessas obrigações era compensada com a CORREÇÃO MONETÁRIA do ativo imobilizado, todavia o valor das obrigações não era computado para determinar o valor do capital de giro;

- por último foi introduzida a figura do capital de giro negativo, que corresponde a um ganho teórico com a inflação quando a empresa opera com recursos de terceiros; a contabilização desse ganho estava, porém, limitada ao montante necessário a estornar o montante das variações cambiais ou CORREÇÃO MONETÁRIA de empréstimos vinculados ao ativo imobilizado, que tivesse sido debitado a lucros e perdas no exercício.

Revogando toda a legislação sobre CORREÇÃO MONETÁRIA do ativo imobilizado e manutenção do capital de giro, a Lei nº 6404 de 15 de dezembro de 1976, estruturou o sistema de maneira concisa e lúcida no seu artigo 185.

A Lei nº 6404 determinou a filosofia e os conceitos básicos de reconhecimento contábil dos efeitos da inflação nas demonstrações financeiras, tendo por objetivo não somente a preocupação do seus efeitos no Imposto de Renda, mas também, a elaboração de demonstrações financeiras que melhor refletisse a situação financeira das empresas para fins de análise.

As normas genéricas do Artigo 185 da Lei nº 6404 careciam da regulamentação necessária para uniformizar os procedimentos de sua execução. A referida Lei nesse aspecto, foi complementada pela legislação do Imposto de Renda, através do Decreto-lei nº 1598 de 26 de dezembro de 1977 nos seus artigos 39 a 57.

Não obstante seu objetivo tributário, o Decreto-lei nº 1598 inovou em relação à

Lei nº 6404. Como exemplo, pode-se citar o inciso III do artigo 27, que manda corrigir monetariamente elementos componentes do ativo realizável, ou seja, imóveis destinados à venda.

Segundo FRANCO (1990, p. 183):

“O método de correção monetária adotado pela Lei nº 6404 não resolve, portanto, o problema da falta de clareza e realismo das demonstrações contábeis, pois ele apresenta as seguintes deficiências:

- 1 - não corrige os ativos não-monetários, que não perdem valor com a inflação, como os estoques e as despesas pagas antecipadamente, por exemplo;
- 2 - não corrige as despesas e receitas do exercício, registradas na demonstração do resultado por valores históricos;
- 3 - não corrige as contas de resultados de exercícios futuros;
- 4 - classifica o resultado da correção monetária (do ativo permanente e do patrimônio líquido) como resultado não-operacional, colocando na demonstração do resultado em uma linha, após o resultado operacional.”

Até o período-base de 1983, as sociedades que tinham por objetivo a compra e a venda de imóveis, o loteamento, a incorporação imobiliária e as construções de prédios (sociedades imobiliárias) tinham a opção legal de corrigir monetariamente os estoques de imóveis destinados à venda.

O Decreto-lei nº 2065/83 tornou obrigatória, a partir do período-base de 1984, a CORREÇÃO MONETÁRIA do custo dos imóveis. O Decreto-lei nº 2072, de 1983, complementou o Decreto-lei nº 2065, dispondo que a CORREÇÃO MONETÁRIA do custo dos imóveis em estoque, no balanço de abertura do período-base de 1984, seria feita mediante aplicação de percentuais calculados sobre a variação da ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) no período.

Os índices de variação do valor da ORTN eram aplicados sobre o saldo da

conta no término do último “período de correção”, assim como sobre as adições feitas durante o referido período.

Em 23 de julho de 1986, o Decreto-lei nº 2287 em seu artigo nº 22 revogou o regime de CORREÇÃO MONETÁRIA das demonstrações financeiras. Foi uma das consequências do Plano de Estabilização Econômica (Plano Cruzado), introduzido pelo Decreto-lei nº 2283, de 27 de fevereiro de 1986.

De volta à realidade inflacionária, o Decreto-lei nº 2341, de 29 de junho de 1987, reintroduziu a CORREÇÃO MONETÁRIA das demonstrações financeiras no sistema tributário brasileiro.

Tendo em vista a necessidade de maior clareza e da qualidade da informação das demonstrações contábeis, especialmente das sociedades abertas, a Comissão de Valores Mobiliários, através da Instrução CVM nº 64, de 1987, tornou obrigatória a elaboração dessas demonstrações em uma moeda constante, também chamada de correção monetária integral, por ajustar todos os valores componentes do balanço patrimonial e dos resultados segundo as variações do poder aquisitivo da moeda.

Segundo a Instrução nº 64/87 da CVM, os valores ativos e passivos, bem como receitas e despesas, seriam ajustados mensalmente de acordo com as variações do BTN (Bônus de Tesouro Nacional), obtendo-se assim, no final do exercício, demonstrações contábeis comparáveis com as de exercícios anteriores, uma vez que todas elas seriam representadas em moeda de um mesmo poder aquisitivo.

No período base de 1988 passaram a vigorar as modificações introduzidas pelo Decreto-lei nº 2397, de 21 de dezembro de 1987, as principais alterações se relacionaram com os valores do patrimônio líquido, baixados a partir de 1988; que de acordo com o Decreto-lei nº 2397 passariam a ser corrigidos até o mês da baixa.

Em 1989, no então denominado “Plano Verão” as normas sobre CORREÇÃO MONETÁRIA das demonstrações financeiras foram novamente revogadas pela Medida Provisória nº 32, que também revogou o artigo 185 da Lei nº 6404/76, e extinguiu a OTN Fiscal.

A seguir, a Medida Provisória nº 38 de 3 de fevereiro de 1989, transformada na Lei nº 7738, de 9 de março de 1989 revigorou a correção das demonstrações financeiras, ao estatuir em seu art. 27: “Nas demonstrações contábeis das pessoas jurídicas deverão ser considerados os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional sobre o valor dos elementos do patrimônio e os resultados do exercício, segundo critérios a serem fixados em decreto”.

Ao invés de decreto, surgiu a Lei nº 7799, de 10 de julho de 1989, que regulamentou a correção do ponto de vista fiscal no seu capítulo II.

A Lei nº 7799 instituiu o BTN Fiscal (Bônus do Tesouro Nacional Fiscal) que era usado como referencial de indexação de tributos e contribuições de competência da União, cuja variação diária serviu também de base à correção monetária das demonstrações financeiras.

O valor diário do BTN Fiscal era divulgado pela Secretaria da Receita Federal, projetando a evolução da taxa mensal de inflação e refletindo na variação do Bônus do Tesouro Nacional.

Considerando que o BTNF (Bônus do Tesouro Nacional Fiscal) do ano-base de 1990, apresentou uma defasagem relevante em relação à inflação real daquele período, a Lei nº 8200 de 1991 admitiu a adoção do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

As Leis nº 7799/89 e 8200/91 foram regulamentadas pelo poder executivo através da publicação do Decreto nº 332 de 4 de novembro de 1991.

As principais alterações introduzidas pelo Decreto nº 332 foram:

- a instituição a partir de 1º de fevereiro de 1991, do FAP (Fator de Atualização Patrimonial), que era apurado mensalmente ao contrário do BTNF que era apurado diariamente; o FAP tinha como base a variação do índice nacional de preços ao consumidor INPC;
- a inclusão das representativas de mútuos entre empresas ligadas, créditos com seus sócios e acionistas e adiantamentos para futuros aumentos de capital, que passaram a ser obrigatoriamente corrigidas;
- definição dos pagamentos a consórcios para aquisição de bens sujeitos à CORREÇÃO MONETÁRIA, como adiantamento a fornecedores, sujeitos, também à CORREÇÃO MONETÁRIA.

Além dessas alterações, o Decreto nº 332, nos seus capítulos II e III, estabeleceu os procedimentos que as empresas deveriam adotar para ajustar a CORREÇÃO MONETÁRIA das demonstrações financeiras do exercício de 1990 e, opcionalmente, de exercícios anteriores, através da utilização de índices que melhor refletissem a variação geral de preços em âmbito nacional, como a diferença entre o BTNF e o IPC.

A partir de 1º de janeiro de 1992, a CORREÇÃO MONETÁRIA das demonstrações financeiras passou a ser efetuadas com base na UFIR (Unidade Fiscal de Referência) instituída pela Lei nº 8383 de 31 de dezembro de 1991.

O valor da UFIR era divulgada diariamente pelo Departamento da Receita Federal e a base para sua fixação era a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, calculado em série especial. Com isto a CORREÇÃO MONETÁRIA de balanço voltou a ser diária e regulada pelas normas das leis nº 7799/89 e 8383/91 e o Decreto 332/91.

Em 1992 a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) publicou a Instituição Normativa nº 191 que instituiu a UMC - Unidade Monetária Contábil, como unidade de referência a ser utilizada pelas companhias abertas para a elaboração das demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante. A UMC era igual à UFIR.

Conforme o artigo 25 da Lei nº 8541 de 1992 para o ano-calendário de 1993 em diante, as empresas que optavam pelo recolhimento do Imposto de Renda pelo sistema estimado eram obrigadas a elaborar somente o balanço anual, contabilizando a CORREÇÃO MONETÁRIA anualmente; assim, o lucro ou prejuízo apurado no Balanço Anual passa a ser corrigido a partir do dia seguinte ao do fechamento do balanço, pela variação da UFIR, já dentro da conta “Lucros ou Prejuízos Acumulados” no Patrimônio Líquido.

Conforme a Lei nº 8981/95 - artigo 1º e a Lei nº 9069/95 - artigo 47, a CORREÇÃO MONETÁRIA do balanço, a partir de 1º de janeiro de 1995, deve ser feita com base na variação da UFIR, sendo esta fixada por períodos trimestrais.

O artigo 4º da Lei nº 9249 de 27 de dezembro de 1995 revogou a CORREÇÃO MONETÁRIA de balanço a partir de 01.01.96, para efeitos fiscais e societários, mas não foi extinta a UFIR.

De acordo com a Medida Provisória nº 1138 de 29 de setembro de 1995 a UFIR em 1996 passa a ter variação semestral.

Segundo ROLIM (1996, p. 53):

“Como se não bastasse, a não aplicação da correção monetária do exercício não observará a capacidade contributiva da empresa, violando-se o princípio constitucional da isonomia, do qual aquela é espécie e prevista expressamente no parágrafo 1º do art. 145 da CF/88, além de se desnaturar o Imposto de Renda, transformando-o inconstitucionalmente em imposto sobre o patrimônio e a

contribuição social da lei nº 7689/88, incidindo sobre o capital da pessoa jurídica, o que é vedado a contrário senso pelo art. 195, inciso I, da CF, a não ser que sejam observados os requisitos materiais e formais previstos no art. 154, I. Se o imposto deve incidir sobre a renda, impossível a descapitalização do contribuinte para o pagamento do imposto”.

3.3 Evolução legislativa da correção monetária no Uruguai

No Uruguai, desde a década de sessenta, existe a preocupação em regulamentar a elaboração das demonstrações financeiras. A partir de 30 de novembro de 1960 com o advento da Lei nº 12802, todas as demonstrações financeiras dos organismos públicos passaram a ser certificadas por Contadores Públicos.

O Decreto 827/976 de 22 de dezembro de 1976 tornou obrigatória a elaboração de demonstrações contábeis uniformes.

Em 1981, o Colégio de Doutores em Ciências Econômicas e Contadores do Uruguai emitiram o Pronunciamento nº 4 “Fuentes de las normas contables para la presentacion adecuada de los estados contables”, com a finalidade de regulamentar as normas contábeis.

O Pronunciamento nº 4 estabeleceu uma ordem de preferência na escolha das fontes que se pode recorrer para estabelecer as políticas contábeis. Em primeiro lugar indica os próprios pronunciamentos do Colégio de Doutores em Ciências Econômicas e Contadores do Uruguai; em segundo lugar, aparecem as Normas Internacionais de Contabilidade, emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC); em terceiro e quarto lugar deve-se recorrer às resoluções das Conferências Interamericana de

Contabilidade, aos pronunciamentos da Associação Interamericana de Contabilidade e às resoluções das Jornadas de Ciências Econômicas do Cone Sul. Em último lugar se considera também doutrina os pronunciamentos de organismos profissionais de outros países.

As principais resoluções aprovadas pelas Conferências Interamericanas de Contabilidade ocorreram em:

- novembro de 1965, na Argentina: nesta conferência se enunciaram os “Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos”;
- outubro de 1970, na Colômbia foi aprovada a “Metodologia de ajuste integral para refletir as variações no poder aquisitivo da moeda”;
- setembro de 1974, em Porto Rico foi mencionada a necessidade de redefinição dos “Princípios Contábeis Geralmente Aceitos”;
- maio de 1977, no Canadá se reafirma a necessidade que a informação contábil contemple adequadamente o problema da variação do poder aquisitivo da moeda;
- novembro de 1981, no Chile pela primeira vez são emitidas conclusões de Comissão de Trabalho.

A partir de 1º de agosto de 1989 entrou em vigência o Pronunciamento nº 7 do Colégio de Doutores em Ciências Econômicas e Contadores do Uruguai, o qual expressa no item 2.34 que caso corresponda deve-se fazer constar nas demonstrações financeiras que não se considerou os efeitos da inflação.

O art. nº 510 da Lei nº 16060 de 4 de setembro de 1989 revogou o Título III do livro II do Código de Comércio, que se referia aos Livros de Comércio, este fato tornou ilegal o Decreto 827/976; que mais tarde foi reimplantado transitoriamente pelo art. 7º do

Decreto nº 335/990. de 26 de julho de 1990.

De acordo com o Decreto nº 103/991 do Ministério da Economia e Finanças do Uruguai, os exercícios contábeis que se iniciaram a partir do dia 27 de fevereiro de 1991 deveriam ser obrigatoriamente expressos em demonstrações contábeis uniformes.

Nos últimos meses o Conselho Diretivo do Colégio de Contadores e Economistas do Uruguai tem manifestado seu desejo de envolver suas definições sobre CORREÇÃO MONETÁRIA, levando em consideração tanto a realidade nacional quanto as circunstâncias existentes em outros países, em particular Argentina e Brasil.

A Comissão Permanente de Normas Contábeis do Uruguai está elaborando um novo decreto no qual pretende distinguir a obrigatoriedade da CORREÇÃO MONETÁRIA e o método a ser utilizado tendo como base os ativos totais da entidade. As empresas deverão corrigir suas demonstrações financeiras de acordo com a seguinte classificação:

- a - quando o ativo total seja inferior a 6000 UR (Unidades Reajustáveis), não serão obrigadas a efetuar CORREÇÃO MONETÁRIA;
- b - quando o ativo seja superior a 6000 UR, serão obrigadas a aplicar pelo menos um método de CORREÇÃO MONETÁRIA;
- c - quando o ativo seja superior a dez vezes 6000 UR, serão obrigadas a aplicar as Normas Internacionais de Contabilidade nº 15 e nº 29.

CAPÍTULO IV

4.1 Métodos do correção monetária usados no Brasil e no Uruguai

Neste capítulo, foram abordadas algumas técnicas, disponíveis no Brasil e no Uruguai, que podem ser usadas para eliminar ou minimizar os efeitos inflacionários nas demonstrações financeiras. Não faz parte deste estudo procurar desenvolver novas técnicas ou comprovar e fundamentar técnicas já existentes. Cabe resaltar que a partir de janeiro de 1996 foi revogada a prática de CORREÇÃO MONETÁRIA no Brasil para efeitos fiscais e societários.

BRASIL	URUGUAI
<p>1 - Método de ajuste integral</p> <p>CARACTERÍSTICAS: as contas patrimoniais são classificadas em dois grupos: contas monetárias e contas não-monetárias. Os valores históricos dos itens não-monetários classificados como ativos permanentes, patrimônio líquido ou contas de resultado são atualizados para uma única data.</p> <p>UNIDADE DE REFERÊNCIA: moeda de poder aquisitivo constante (unidade fiscal fixada pelo governo).</p>	<p>1 - Método de ajuste integral</p> <p>CARACTERÍSTICAS: as contas dos ativos e passivos não-monetários, assim como do patrimônio líquido e suas variações são re-expressadas em uma moeda com poder de compra definido.</p> <p>UNIDADE DE REFERÊNCIA: a nova unidade de medida é obtida associando o valor da moeda a um índice geral de preço.</p>

REFLEXO NO RESULTADO: é acrescentado nas demonstrações financeiras a conta Resultado da Correção Monetária.	REFLEXO NO RESULTADO: é acrescentado nas demonstrações financeiras a conta Resultado da Correção Monetária.
---	---

Com se pode observar, através do quadro apresentado, as características principais e o reflexo no resultado do Método de Correção Monetária pelo Ajuste Integral usado no Brasil não diferem em muito do método usado no Uruguai. Existe diferença somente na unidade de referência; já que no Brasil é usada a UFIR e no Uruguai esta em vigência o IPC (Índice geral de preços minoristas), que é determinado pelo Instituto Nacional de Estatísticas do Uruguai.

BRASIL	URUGUAI
<p>2 - Método do custo corrigido</p> <p>CARACTERÍSTICAS: por este método se mantém sempre como base o valor original das transações (custo histórico de valor), mas atualizado pelos efeitos da inflação com base em nível geral de preços.</p> <p>UNIDADE DE REFERÊNCIA: índice geral de preços que exprima a variação no poder aquisitivo da moeda.</p>	<p>2 - Método dos valores correntes com conceito de capital operacional (corrente européia)</p> <p>CARACTERÍSTICAS: são corrigidas as contas dos ativos operacionais da empresa. Esses ajustes correspondem às correções do capital operacional da empresa e são creditados numa conta de Reserva de Custos Correntes. A diferença entre o valor corrente e o custo histórico da porção de ativos financiados por terceiros poderá ser considerada como lucro no momento em que os ativos sejam vendidos ou consumidos.</p> <p>UNIDADE DE REFERÊNCIA: o modelo não considera as mudanças no valor da moeda, e sim, as mudanças no valor</p>

<p>REFLEXO NO RESULTADO: o saldo da conta Correção Monetária é registrado no Resultado do Exercício como despesa, se for devedor, ou como receita, se for credor.</p>	<p>dos bens. Em consequência, usa uma moeda nominal.</p> <p>REFLEXO NO RESULTADO: o modelo se mantém dentro do princípio de realização, requer a existência de uma transação para considerar a receita realizada.</p>
--	--

O modelo uruguaio segue os critérios europeus, e tem como finalidade principal elaborar demonstrações financeiras com ativos avaliados a preços de mercado; permite estabelecer uma relação entre os ativos operacionais e o resultado, avaliados a custo de mercado.

Os ativos operacionais compreendem:

- a) bens de uso; exemplo: máquinas e equipamentos;
- b) o capital de trabalho; exemplo: disponibilidades.

No modelo brasileiro são considerados os valores de entrada e não os de venda dos ativos.

BRASIL	URUGUAI
<p>3 - Método do custo de reposição</p> <p>CARACTERÍSTICAS: por este método se desprezam a base e o conceito tradicional de custo efetivo pago, pois se passam a avaliar certos ativos, como estoques e imobilizado, pelos seus valores de mercado.</p>	<p>3 - Métodos dos valores correntes com o conceito financeiro de capital (corrente argentina)</p> <p>CARACTERÍSTICAS: em primeiro lugar devem ser ajustadas as contas com base na correção integral, para depois comparar os valores do ativo e do passivo obtidos com os valores correntes determinando um valor que será denominado “resultado de tenencia”.</p>

<p>UNIDADE DE REFERÊNCIA: valor de mercado.</p> <p>REFLEXO NO RESULTADO: o princípio de realização não é mais obedecido porque se reconhecem ganhos ou perdas ainda não realizadas.</p>	<p>UNIDADE DE REFERÊNCIA: moeda de poder de compra definido.</p> <p>REFLEXO NO RESULTADO: considera-se no resultado do exercício:</p> <ul style="list-style-type: none"> a - o resultado surgido das operações; b - o resultado, por manter ativos e passivos monetários; c - as variações patrimoniais, por serem derivadas da avaliação a valores correntes dos ativos e passivos não monetários.
---	--

O método brasileiro de custo de reposição equivale a uma reavaliação das contas das demonstrações financeiras a valor de mercado.

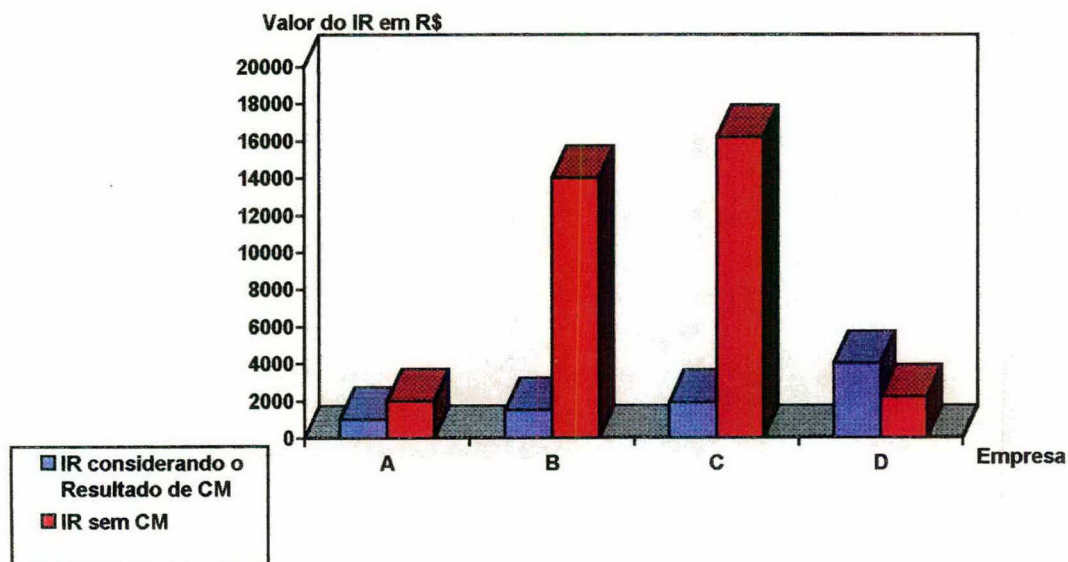
No modelo uruguaio também é efetuada a reavaliação dos ativos e passivos, para logo serem comparados com o resultados obtidos pela correção integral. Na realidade, o critério uruguaio utiliza dois métodos de CORREÇÃO MONETÁRIA: a correção monetária integral e a reavaliação. A diferença obtida será contabilizada como “resultado por tenencia”.

4.2 Efeitos do resultado de correção monetária no Imposto de Renda

Com a finalidade de evidenciar os efeitos que o Resultado de Correção Monetária causavam no Imposto de Renda, foi elaborado um exercício prático com dados fictícios. A alíquota de Imposto de Renda usada foi de 15%. Cabe resaltar que a partir de janeiro de 1996 foi revogada a prática de correção monetária no Brasil.

EMPRESA	Resultado com CM \$			
	A	B	C	D
Receitas	23000	458000	481000	379000
Despesas	(10000)	(360000)	(370000)	(360000)
Correção Monetária	(10000)	(88773)	(98773)	9000
Lucro antes do IR	3000	9227	12227	28000
Provisão IR	450	1384	1834	4200
Lucro Líquido	2550	7843	10393	23800

EMPRESA	Resultado sem CM \$			
	A	B	C	D
Receitas	23000	458000	481000	379000
Despesas	(10000)	(360000)	(370000)	(360000)
Correção Monetária	----X----	----X----	----X----	----X----
Lucro antes do IR	13000	98000	111000	19000
Provisão IR	1950	14700	16650	2850
Lucro Líquido	11050	83300	94350	16150



Como pode-se observar no gráfico apresentado, dependendo do Resultado de Correção Monetária, o Imposto de Renda devido poderá aumentar ou diminuir. Se o Resultado de Correção Monetária for devedor, o IR é menor; porém, se o Resultado de Correção Monetária for credor ele aumentará.

CONCLUSÃO

A principal conclusão que resulta deste estudo é a necessidade da Contabilidade acompanhar as flutuações no poder aquisitivo da moeda. A administração precisa tomar decisões em curtos intervalos de tempo. Para isso, demonstrações contábeis baseadas em preços correntes são mais suscetíveis de fornecer melhores alternativas para a tomada de decisões.

Em países com altas taxas de inflação, se as demonstrações financeiras não incluírem correção monetária, perdem seu objetivo de fornecer informações; confundindo ao usuário.

A nível de MERCOSUL, na atualidade, somente a legislação brasileira não permite a prática de correção monetária para efeitos fiscais e contábeis; o Paraguai, por não possuir normas específicas sobre o assunto, adapta as Normas Internacionais nº 15 e 29; na Argentina, está em vigência a Resolução Técnica nº 6 da Federação Argentina de Conselhos Profissionais de Ciências Econômicas; e no Uruguai, como foi visto no decorrer do trabalho, são usadas as Normas Internacionais nº 15 e 29 e os Pronunciamentos do Colégio de Doutores em Ciências Econômicas e Contadores do Uruguai.

Para as empresas, a correção monetária é de suma importância porque, sem ela, não há como apurar o efetivo ganho de capital; ficando ameaçada a própria sobrevivência da empresa já que poderão passar a ser distribuídos lucros nominativos, isto é, a parcela que ultrapassa os lucros reais.

Sendo assim, todas as demonstrações financeiras devem reconhecer o efeito da inflação ou deflação, a única exceção acontece se a variação no poder aquisitivo da moeda não tiver nenhuma incidência significativa na informação contábil.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

COLÉGIO DE CONTADORES Y ECONOMISTAS DEL URUGUAY. Normas y disposiciones relativas al ejercicio profesional. Montevideo, jul. 1995, mimeo.

COLÉGIO DE CONTADORES Y ECONOMISTAS DEL URUGUAY. Separata técnica. Montevideo, oct. 1995, mimeo.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Curso de Contabilidade Aplicada. São Paulo, Atlas, 1994.

CRUSIUS, Yeda et al. A economia da inflação. Porto Alegre : Ed. da UFRGS, 1992.

FRANCO, Hilário. Contabilidade geral. São Paulo : Atlas, 1990.

IRABASSA, Joan et al. Análisis financeiro en inflación. Barcelona : Hispano Europea, 1988.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. Manual de contabilidade das sociedades por ações. São Paulo : Atlas, 1993.

_____. **Contabilidade intermediária.** São Paulo : Atlas, 1981.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. São Paulo : Atlas, 1987.

LARRIMBE, Miguel. **Contabilidad e inflación**. Montevideo : Fundacion de Cultura Universitária, 1989.

SCHUTTE, Giorgio. **Alguma coisa está fora da ordem**. São Paulo : Ed. FG, 1993.

SIMONSEN ASSOCIADOS. **MERCOSUL** : o desafio do marketing de integração. São Paulo : Markron Books, 1992.

WALTER, Augusto. **Prática de correção monetária**. São Paulo : CNI, 1981.

ANEXOS

ANEXO 1 - PRONUNCIAMIENTO N° 4 (COLÉGIO DE CONTADORES DO URUGUAI)**PRONUNCIAMIENTO No. 4
COLEGIO DE DOCTORES EN CIENCIAS ECONOMICAS
Y CONTADORES DEL URUGUAY****COMISION DE INVESTIGACION CONTABLE**

Informe de la Comisión sobre:

**Fuentes de las Normas Contables para la presentación
adecuada de los Estados Contables**

Nuestra profesión se ha encontrado frecuentemente sin guías precisas de actuación en lo que se refiere a las normas que deben seguirse para presentar los estados contables.

La buena formación universitaria y doctrinaria de nuestros profesionales ha logrado paliar esta dificultad, pero creemos que es el momento de efectuar definiciones que eliminen o limiten al máximo la posibilidad de aplicación de normas disímiles frente a situaciones similares.

Estas definiciones deben efectuarse por el organismo representativo de la profesión, que en nuestro país es el Colegio de Doctores en Ciencias Económicas y Contadores del Uruguay. La Comisión de Investigación Contable ha estructurado un plan para estudiar diferentes tópicos de la teoría contable básica y sus distintas aplicaciones y presentará oportunamente pronunciamientos a la aprobación del Consejo Directivo. Ese será un trabajo de largo alcance que no deberá detenerse nunca en el tiempo. No obstante, será sumamente difícil que dichos pronunciamientos puedan cubrir todos los aspectos que se deben tener en cuenta al presentar los estados contables y por esta razón será necesario recurrir a otras fuentes de normas contables.

Entendemos, pues, imprescindible, que el primer pronunciamiento que aconseje esta Comisión se refiere a las fuentes de las normas para la presentación adecuada de los estados contables.

Montevideo, 27 de agosto de 1981

**Colegio de Doctores en Ciencias Económicas
y Contadores del Uruguay**

ANEXO 2 - DECRETO N° 105/991 (MINISTERIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DO
URUGUAI)

DECRETO N° 105/991
MINISTERIO DE ECONOMIA Y FINANZAS

Montevideo, 27 de febrero de 1990

VISTO: el artículo 91 de la Ley N° 16.060 de 4 de setiembre de 1989.

CONSIDERANDO: I) que la sucesiva emisión de las normas internacionales de contabilidad (NICS) por parte de la Comisión de Normas Internacionales de Contabilidad ha ido constituyendo un cuerpo normativo, que actualmente cubre la gran mayoría de los temas a nivel de la práctica contable y cuenta en términos generales con un alto grado de aceptación.

II) que algunos de los aspectos considerados en las NICS son de escasa aplicación práctica en nuestro país por referirse a situaciones poco comunes;

III) que es conveniente dar aprobación a las normas contables adecuadas sugeridas por la Comisión creada a tal efecto, a medidas que ésta las vaya emitiendo;

ATENTO: a lo informado por la Comisión del Poder Ejecutivo creada por resolución 768/981 de 15 de noviembre de 1989.

EL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA
DECRETA:

ARTICULO 1. Las normas contables adecuadas son todos aquellos criterios técnicos previamente establecidos y conocidos por los usuarios, que se utilizan como guía de las acciones que fundamentan la preparación y presentación de la información contable (estados contables) que tienen como finalidad exponer en forma adecuada la situación patrimonial, económica financiera de un ente.

ARTICULO 2. Apruébanse como normas contables adecuadas de aplicación obligatoria la normas internacionales de contabilidad (NICS) Nos. 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9 y 10, las cuales se agrega como anexo de este Decreto, formando parte del mismo, con las siguientes salvedades:

- a) el numeral 21 de la NIC 1 será optativo;
- b) el numeral 26 de la NIC 2 será optativo;
- c) los numerales 9 y 17 de la NIC 5 serán optativos.
- d) la NIC 7 será obligatoria para aquellas sociedades que deban presentar sus estados ante el órgano estatal de control, siendo optativa para las demás sociedades comerciales. En su caso se presentará como anexo a los estados contables con el título de Estado de Origen y Aplicación de Fondos.

ARTICULO 3. Las normas referidas en el artículo anterior serán obligatorias para ejercicio que se inicien a partir de la publicación de este Decreto.

ARTICULO 4. Cuando se quieran utilizar criterios contables en aquellas situaciones no comprendidas dentro de las normas contables de aplicación obligatoria, se tendrá como referencia por orden, las restantes normas internacionales de contabilidad y la doctrina más recibida debiéndose aplicar aquellos criterios que sean de uso más generalizado en nuestro medio y mejor se adecuen a las circunstancias particulares del caso considerado.

ARTICULO 5. Comuníquese, publíquese, etc.